

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.948 - SP (2019/0054872-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : VICENTE PAULO DE LIMA
AGRAVANTE : LUIS EDUARDO PEREIRA GOMES
AGRAVANTE : TANIA APARECIDA GOUVEIA
AGRAVANTE : HARUME WAKI KATO
AGRAVANTE : VILMA PEREIRA YNOUE
AGRAVANTE : VANILDA TANIA DA SILVA
AGRAVANTE : LUCI APARECIDA BRAGA DA SILVA
AGRAVANTE : MARIZETE SOUSA ROCHA RAMOS
AGRAVANTE : GERALDA ELISABETH MOL DA ROCHA
AGRAVANTE : CLEIDEMAR ZOLEZI SILVA
ADVOGADO : ANA CRISTINA ASSI PESSOA WILD VEIGA E OUTRO(S) -
SP196179
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CLÁUDIO PORPINO CABRAL DE MELO E OUTRO(S) -
SP335557

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. REMUNERAÇÃO PAGA NO MÊS SUBSEQUENTE AO DE REFERÊNCIA. DIFERENÇA SALARIAL. INEXISTÊNCIA. TERMO FINAL. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Vicente Paulo de Lima e outros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 160):

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS INTEGRANTES DOS QUADROS DA SECRETARIA DA SAÚDE, DO EXECUTIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. Alteração do sistema monetário. Lei Federal nº 8.880/94. Observância obrigatória, pelos Estados e Municípios. Impossibilidade de compensação com outros reajustes. Entendimento já consolidado pelo STJ, inclusive em sede de recurso repetitivo (REsp 1.101.726/ SP). LIMITE TEMPORAL. Novo regime jurídico remuneratório. Orientação do STF no julgamento do RE nº 561.836/RN-RG. Reestruturação das carreiras com a edição da LCE's nºs 795/1995, 1.080/08 e 1.118/10. Demanda proposta em 2016. Prescrição quinquenal consumada. Inteligência do art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Precedentes dos Tribunais Superiores e desta Corte. Improcedência da demanda. Majoração da verba honorária (CPC, art. 85, § 11). Sentença mantida. Recurso não provido.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam, além da divergência jurisprudencial, violação do art. 22 da Lei n. 8.880/1994. Asseveram que a Fazenda Pública deve ser condenada ao pagamento das diferenças salariais que suportaram com a conversão do padrão monetário realizada sem a observação das disposições normativas do dispositivo mencionado.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ fls. 322/344.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o acórdão *a quo* segue jurisprudência do STJ.

Nas razões do agravo, os recorrentes defendem que (e-STJ fl. 376): "o Eg. Tribunal *a quo* contrariou o artigo 22 da Lei n. 8.880/94, bem como violou a decisão proferida no Recurso Repetitivo nº 1.101.726-SP."

Ofertada contraminuta às e-STJ fls. 414/427.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Quanto às pretensões atinentes ao recebimento de diferenças salariais suportadas por servidores cujas remunerações foram convertidas sem a observação das diretrizes da Lei n. 8.880/1994, o Superior Tribunal de Justiça já declarou que:

- Somente as parcelas vencidas há mais de cinco anos da demanda são consideradas prescritas, pois a relação jurídica do pagamento remuneratório se renova mensalmente. Nesse sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.653.969/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017; REsp 1.688.234/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 10/10/2017;

- Reajustes posteriores à conversão não compensam as diferenças com a conversão do padrão remuneratório equivocada, pois não possuem a mesma natureza jurídica. Eventual termo final das diferenças remuneratórias ocorre apenas quando a carreira é reestruturada. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.058.127/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 29/09/2017;

- As diferenças salariais ocorreram nas remunerações pagas antes do final do mês de referência. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.651.176/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017; REsp 1.664.012/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 16/06/2017;

- A forma de conversão salarial prevista na Lei n. 8.880/1994 deve ser aplicada a remunerações de todos servidores dos entes federativos (União, Estados e Municípios). Nesse sentido: AgInt no RMS 35.674/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017; AgRg no REsp 1529479/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015;

- A observação dos critérios de conversão deve ser realizada inclusive no cálculo das remunerações e proventos devidos a servidores ingressos no serviço público

após a edição da Lei n. 8.880/1994. A propósito: REsp 1682825/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 26/10/2017.

Ora, o acórdão recorrido não deve ser, então, reformado porque declarou que o termo final das diferenças ocorreu com as diversas reestruturações da carreira e que eventuais diferenças ocorreram somente para os servidores que recebiam no final do mês de referência.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

